



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Gomes Carneiro nr. 01, - Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610

TERMO DE REFERÊNCIA NOVA AQUISIÇÃO SEM CONTRATO

Processo nº 23110.017332/2025-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de *rações, sementes, adubos e insumos agrícolas*, nos termos da relação de itens, constante nos *pedidos n°s 5934, 5890, 5886 e 5882* preenchidos no Cobalto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Existe a necessidade de aquisição por lote?

() Sim (x) Não

1.5.1. Em caso afirmativo, justificar: [...]

1.6. Trata-se de uma aquisição processada através de sistema registro de preços?

(x) Sim () Não

1.6.1. Em caso negativo, justificar: [...]

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 92242080000100-0-000001/2025

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 17/10/2024

2.2.3. Id do DFD da demanda: 557/2025; 203/2024; 354/2024; 537/2025

2.2.4. Classe/Grupo: Forragens e alimentos; Forragens/ Ração Animal e Alimentos; PDM: 2122 - Adubo químico; Classe: 8720/ PDM: 1554 - Fertilizante Ureia; Classe 8720/ PDM: 1980 - Glifosato; Classe: 6840/ PDM: 14969 - Substrato agrícola; Classe: 8720.

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: Após a consolidação do PCA, não é possível consultar os itens que compõem cada grupo de contratação no PNCP.

2.3. Justifica-se o pretendido objeto: **Pedido 5934/CAPalma** - Para o rebanho bovino e ovino do Centro Agropecuário alimentado, suprimindo as necessidades nutricionais dos rebanhos e mantendo animais de qualidade para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pelotas. **Pedido 5890/NURFS** - Em função da manutenção das atividades do NURFS, visando suprir a demanda de atendimento e manutenção dos animais silvestres resgatados de conflitos urbanos e rurais, assim como oriundos do tráfico e de cativeiro ilegal. O atendimento a esses animais visa mitigar os

impactos da defaunação dos ambientes naturais pela ação antrópica, além de proporcionar assistência digna e bem-estar aos animais oriundos de tais situações. O fluxo de animais apresenta um número superior aos 2500 exemplares anualmente, incluindo mamíferos, aves e répteis de distintas espécies, muitas delas ameaçadas de extinção. O atendimento aos animais serve de subsídio à formação de alunos de graduação dos cursos de medicina veterinária, biologia, zootecnia, entre outros, além de alunos de pós-graduação, incluindo a residência médica veterinária, mestrado e doutorado. A rotina gerada pelos recebidos e mantidos no NURFS também serve como material de trabalho para diversas ações de educação ambiental desenvolvidas pela instituição. **Pedido 5886/FAEM** - Aquisição de insumos agrícolas destinados ao uso em atividades práticas de componentes curriculares obrigatórios no Curso de Agronomia e Zootecnia. Estes insumos são primordiais na rotina das atividades ali desenvolvidas, seja em aulas práticas de graduação ou em projetos de pesquisa e iniciação científica. No ensino de graduação tais insumos são básicos e fundamentais para o cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos, além de facilitarem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Na pesquisa, servem como mecanismos de suporte à realização de diversos ensaios e pesquisas de campo sendo largamente utilizados durante as aulas práticas, em trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica. **Pedido 5882/Biotério** - A ração é utilizada como alimento único dos animais de laboratório criados no Biotério Central da Universidade Federal de Pelotas. Eles recebem ração peletizada, que deve ser específica para roedores, na forma *ad libitum* (à vontade), conforme recomendado pelas normas e legislação que regem a utilização de animais com fins científicos ou didáticos no país.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. **Pedido 5934/CAPalma** - Aquisição de rações para bovinos e ovinos do Centro Agropecuário da Palma da Universidade Federal de Pelotas, conforme condições, quantidades e exigências definidas nesse documento e no termo de referência, por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP.

3.2. **Pedido 5890/NURFS** - Antecipando e prevendo a necessidade de aquisição de rações para o segundo semestre do ano de 2025 e para o ano 2026, torna-se necessária a realização de novo pregão para registro de preços para aquisição de rações específicas, prevendo o consumo para o período em questão, visando o suprimento das necessidades nutricionais dos animais pertencentes à fauna silvestre brasileira que estão sob a guarda no NURFS-CETAS-UFPEL. O NURFS atende a demanda de apreensões e atendimentos de animais silvestres encaminhados pelo Policiamento Ambiental, IBAMA, Secretaria de Meio Ambiente (Estadual e municipais), Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Ministério Público (Estadual e Federal) e comunidade em geral. O Fluxo de animais recebidos anualmente pelo NURFS apresenta um número aproximado de 2500 espécimes, incluindo aves, mamíferos e répteis de distintas espécies oriundas principalmente da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Os quantitativos podem variar conforme a demanda e sazonalidade dos produtos. Para esta contratação, buscar-se-á o atendimento da necessidade institucional com o menor preço, atendendo o princípio da economicidade.

3.3. **Pedido 5886/FAEM** - Aquisição de insumos agrícolas, caracterizados como itens de consumo, utilizados no desenvolvimento de aulas e atividades práticas, na manutenção das áreas agrícolas e experimentais dos cursos de Agronomia e Zootecnia, em cumprimento às propostas dos Projetos Políticos-Pedagógicos dos respectivos cursos.

3.4. **Pedido 5882/Biotério** - A solução como um todo compreende a aquisição e entrega dos materiais solicitados nas instalações do Biotério Central da Universidade Federal de Pelotas. Endereço: Campus Universitário, S / N, Capão do Leão - RS, 96160-000.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. **Pedido 5886/FAEM** - Só será admitida a oferta de agrotóxicos, seus componentes e afins que estejam previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei 14.785, de 2023, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

4.2. **Devolução de embalagens (Pedido 5886/FAEM)**

4.2.1. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

4.2.2. Os empregados da contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital/Contrato.

4.3. Foi exigido práticas de sustentabilidade? (x) Sim () Não

4.3.1. Justifique: **Pedido 5886/FAEM** - Para o item agrotóxico, a prática é indicada no item 4.1.1.1 e ainda a previsão do procedimento de logística reversa das embalagens de agrotóxicos no item 4.2, além da inclusão das cláusulas previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis relativas a principais determinações, providências a serem tomadas e precauções para a aquisição ou serviços que envolvam a aplicação de agrotóxicos e afins. Para os itens adubo fertilizante NPK, fertilizante uréia e substrato, após consulta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e não identificação de critérios de sustentabilidade específicos para os referidos itens, serão adotadas as orientações contidas no plano de Gestão Ambiental da Instituição para evitar possíveis impactos ambientais, promovendo-se o descarte de resíduos que possam ser gerados na utilização dos insumos e o encaminhamento das embalagens para descarte final.

4.3.2. **Pedido 5882/Biotério** - Com base no Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes gerais de sustentabilidade observadas neste termo:

- I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- III - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- IV - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.4. **Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))**

4.4.1. **Pedido 5882/Biotério** - Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: NUVILAB, porque é a única marca que oferece a ração irradiada.

4.5. **Da exigência de amostra**

4.5.1. **Pedido 5882/Biotério** - Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.2.1. Ração para camundongos, ratos e hamsters.

4.5.3. As amostras poderão ser entregues no endereço Campus Universitário S/N, Capão do Leão, CEP: 96160000, prédio 44, Biotério Central, no prazo limite de 7 dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.5.6.1. Laudo de Controle de Qualidade do fabricante;

- 4.5.6.2. Laudo de análises bromatológicas;
- 4.5.6.3. Catálogo do fabricante referente ao produto apresentado;
- 4.5.6.4. Embalagem;
- 4.5.6.5. Presença de pó;
- 4.5.6.6. Tamanho e aspecto do pellet.
- 4.5.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.5.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.5.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.5.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.5.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 4.5.12. Justifica-se a solicitação de amostra pela necessidade da manutenção da qualidade dos padrões zootécnicos dos animais de laboratório. Alterações na qualidade do alimento fornecido alteram a produção e afetam diretamente a padronização das pesquisas realizadas com estes animais.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. **Condições de Entrega**

- 5.1.1. Para o **Pedido 5882/Biotério**, o prazo de entrega dos bens é de 15 [quinze] dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única. Para os itens dos demais pedidos, o prazo de entrega dos bens é de 30 [trinta] dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 [dez] dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.1.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços: **Pedido 5934/CAPalma** - Centro Agropecuário da Palma, BR 116, Km 537, Capão do Leão - RS; **Pedido 5890/NURFS** - Núcleo de Reabilitação da Fauna Silvestre. Câmpus Universitário Capão do Leão, prédio 40. Avenida Eliseu Maciel, S/N. Capão do Leão - RS. CEP 96160-000; **Pedido 5886/FAEM** - Campus Universitário, sem número, prédio 02, sala da Direção, Secretaria administrativa do FAEM. CEP: 96160-000; **Pedido 5882/Biotério** - Campus Universitário S/N, 96160000, Capão do Leão - RS. Prédio 44, Biotério Central.
- 5.1.4. O horário para entrega dos bens deverá ser acordado previamente com os telefones de contato que constam na nota de empenho.
- 5.1.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a: **Pedido 5934/CAPalma** - 80 (oitenta) dias, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante; **Pedido 5890/NURFS** - metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.2. **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

6.1. **Recebimento**

6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

6.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

6.2. **Liquidação**

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.2.1. o prazo de validade;

6.2.2.2. a data da emissão;

6.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.2.2.5. o valor a pagar; e

6.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

6.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.3. Prazo de pagamento

6.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.](#)

6.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.4. Forma de pagamento

6.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

6.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.5. **Cessão de crédito**

6.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

6.5.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

6.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.5.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

6.6. **Reajuste**

6.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/06/2025.

6.6.2. Após o interregno de um ano, a pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA.

6.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6.8.

7. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

7.2. **Forma de fornecimento**

7.2.1. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

7.3. **Exigências de habilitação**

7.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.3.1.1. **Habilitação jurídica**

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

i) Pedido 5886/FAEM - Para o exercício de atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos dos artigos 8º e 21 da Lei 14.785, de 2023, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação e normatização correlata;

j) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à

Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.5. Qualificação Técnica

7.5.1. Pedido 5882/Biotério - Registro ou inscrição da empresa no Ministério da Agricultura e Pecuária, em plena validade.

7.5.2. Pedido 5882/Biotério - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.5.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5.5. Justifica-se a exigência de qualificação técnica em decorrência de comprovar a qualidade do produto.

7.6. Disposições gerais sobre habilitação

7.6.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.6.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 535.455,03 (quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e três centavos), conforme custos unitários apostos nos pedidos nº 5934, 5890, 5886 e 5882, preenchidos no Cobalto.

8.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.3. O valor estimado foi obtido com base em pelo menos três orçamentos, em conformidade Art. 6º, §5º, da IN Seges nº 65/2021?

(☒)Sim (☐)Não

8.3.1. Em caso negativo, justificar :

8.4. Caso o preço, de todos os itens ou de algum deles, tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, deverá ser certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados, conforme preconiza o art. 6º, §6º, da IN SEGES nº 65/2021. Para comprovar esta verificação foi anexada a tela inicial da busca no pannel de preços que indica o valor mediano, antes de fazer a escolha das atas?

(☐)Sim (☒)Não

8.4.1. Em caso negativo, justificar : **Pedido 5934/CAPalma** - Não se aplica. Pedido 5890/NURFS - Foram utilizados apenas orçamentos de lojas online. **Pedido 5886/FAEM** - Além do Pannel de Preços do Governo foi tomada cotação diretamente com fornecedor.

8.5. Foram utilizados **apenas** os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, do art. 5º, da Instrução Normativa nº065/2021/SEGES (I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 9 (nove) meses anteriores à data da pesquisa de preços (a alteração no prazo indicado na IN justifica-se pela necessidade de tempo hábil para tramitar internamente o processo e as atas estarem válidas até a publicação do certame no site do comprasgovernamental), inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;)?

(☐)Sim (☒)Não

8.5.1. Em caso negativo, justificar : **Pedido 5934/CAPalma** - Os preços foram obtidos todos em consulta direta aos fornecedores. Pedido 5890/NURFS - Foram utilizados apenas orçamentos de lojas online pois, por se tratar de produtos de utilização específica, não havia disponibilidade de orçamentos suficientes dos itens nos sistemas oficiais de governo.

8.6. Teve alguma pesquisa de preço realizada diretamente com fornecedor?

(☒)Sim (☐)Não

Em caso afirmativo responder as questões que seguem:

8.6.1. O prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação? (Art. 5º e §2º, inc. I, da IN Seges 65/2021)

(x) Sim () Não

8.6.1.1. Em caso negativo, justificar : [...]

8.6.2. Consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?

() Sim (x) Não

8.6.2.1. Em caso negativo, justifique: **Pedido 5934/CAPalma** - Não foram consultados outros fornecedores por já se ter obtido três orçamentos com os primeiros consultados. **Pedido 5886/FAEM** - Apenas um fornecedor foi consultado para o item adubo fertilizante NPK, tendo este encaminhado resposta com orçamento, que segue anexo ao presente processo.

8.6.3. Qual a justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021:

Pedido 5934/CAPalma - Fornecedores que historicamente fornecem orçamentos para a unidade, conforme solicitado por esta, com agilidade e dentro dos preços praticados no mercado. **Pedido 5886/FAEM** - O fornecedor é representante de produtos e insumos agrícolas, sendo apto para fornecer a cotação demandada.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

Pedido 5934/CAPalma:

9.2.1. UGR: 154139;

9.2.2. Esfera Orçamentária: 1 - ORÇAMENTO FISCAL;

9.2.3. Fonte de Recursos: 1000000000;

9.2.4. Programa de Trabalho: 230927;

9.2.5. Natureza de Despesa: 339030;

9.2.6. Plano Interno: MADMSQ0100N.

Pedido 5890/NURFS:

9.2.7. UGR: 154501 - NÚCLEO DE REABILITAÇÃO DA FAUNA SILVESTRE;

9.2.8. Esfera Orçamentária: 1 - ORÇAMENTO FISCAL;

9.2.9. Fonte de Recursos: 8100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS;

9.2.10. Programa de Trabalho: 170277 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO RS;

9.2.11. Natureza de Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO;

9.2.12. Plano Interno: MADMSQ0100N - GESTÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS-CUSTEIO.

Pedido 5886/FAEM:

9.2.13. UGR: 154119

9.2.14. Esfera Orçamentária: 1 - ORÇAMENTO FISCAL

9.2.15. Fonte de Recursos: 1000000000 - RECURSOS LIVRES DA UNIAO

9.2.16. Programa de Trabalho: 230927 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

9.2.17. Natureza de Despesa: 309030 - MATERIAL DE CONSUMO

9.2.18. Plano Interno: MACADG0100N - MANUT UNIDADES ACADEMICAS - MATRIZ

Pedido 5882/Biotério:

9.2.19. UGR: 154217

9.2.20. Esfera Orçamentária: 1 - ORCAMENTO FISCAL;

9.2.21. Fonte de Recursos: 1000000000 - RECURSOS LIVRES DA UNIAO;

9.2.22. Programa de Trabalho: Programa de Trabalho: 230927 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR;

9.2.23. Natureza de Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO;

9.2.24. Plano Interno: MADMSQ0100N - GESTAO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS-CUSTEIO.

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante nota de empenho.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Indicação do Modelo da AGU utilizado nesta aquisição:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: abril/2025



Documento assinado eletronicamente por **ANA SIMEONIDIS, Assistente em Administração**, em 07/07/2025, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3141977** e o código CRC **6814C701**.